



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Serviços de Administração do Imposto sobre o Rendimento

### Declaração

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas  
Isenção

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, declara-se que, por meu despacho de 6 de Junho de 1990, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi reconhecida à Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, com sede em Águeda, a isenção de IRC, nos termos da alínea a) do n.º 1 do referido artigo 9.º, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

- Categoria C — rendimentos comerciais e industriais directamente derivados do exercício das actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- Categoria E — rendimentos de capitais, com excepção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- Categoria F — rendimentos prediais;
- Categoria G — ganhos de mais-valias.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Junho de 1990. —  
O Subdirector-Geral, José Martins Barreiros. 1-1-13 682

### Declaração

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — Isenção

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, declara-se que, por meu despacho de 5 de Junho de 1990, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi reconhecida à CERCIVAR — Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, com sede na Rua de Luís de Camões, 15, 1.º, Ovar, a isenção de IRC, nos termos da alínea a) do n.º 1 do referido artigo 9.º, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

- Categoria C — rendimentos comerciais e industriais directamente derivados do exercício das actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- Categoria E — rendimentos de capitais, com excepção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- Categoria F — rendimentos prediais;
- Categoria G — ganhos de mais-valias.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 20 de Junho de 1990. — O Subdirector-Geral, José Martins Barreiros.

1-1-13 704

### Declaração

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — Isenção

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado